

**SICOOB
FLUMINENSE**



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

31/12/2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB FLUMINENSE completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB FLUMINENSE obteve um resultado de R\$ 942.329,19 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 2,09%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 79.610.226,09. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 168.233.091,27. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	154.169.428,06	91,64%
Carteira Rural	14.063.663,21	8,36%

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 11,88% da carteira, no montante de R\$ 21.788.091,43.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 171.022.006,90, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 61,95%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	58.319.381,10	34,10%
Depósitos a Prazo	112.702.625,80	65,90%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 11% da captação, no montante de R\$ 19.713.900,60.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB FLUMINENSE era de R\$ 42.981.241,38. Em 31/12/2020, o quadro de associados era composto por 14.317 cooperados, havendo um decréscimo de 5,78% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB FLUMINENSE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB FLUMINENSE aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB FLUMINENSE registrou 61 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 61 manifestações, 17 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Campos de Goytacazes, RJ, 25 de fevereiro de 2021.

NEILTON RIBEIRO DA SILVA
Diretor Presidente

CHARLES ANTÔNIO DE SOUZA MEDINA FARIA
Diretor Administrativo/Financeiro

MARCOS LINCOLN DE SOUZA MUNIZ
Diretor Operacional

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE
SICOOB FLUMINENSE
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		262.255.258,99	165.716.933,07
Circulante		141.150.719,96	91.585.664,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	83.792.029,19	40.459.210,57
Disponibilidades		4.181.803,10	9.184.729,16
Centralização Financeira - Cooperativas		79.610.226,09	31.274.481,41
Instrumentos Financeiros		1.490.374,85	762.496,52
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.469.961,32	762.496,52
Títulos e Valores Mobiliários	6	20.413,53	-
Operações de Crédito	7	54.806.833,56	48.973.424,74
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		51.972.582,35	46.103.314,32
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(3.074.725,25)	(3.379.271,49)
Financiamentos		749.132,38	985.583,38
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(21.094,19)	(40.117,66)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.332.708,59	5.403.404,96
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(151.770,32)	(99.488,77)
Outros Créditos	8	993.837,15	1.034.767,11
Créditos por Avais e Fianças Honradas		381.096,66	371.197,58
Rendas a Receber		177.118,39	-
Diversos		663.306,02	911.232,64
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		194.872,47	60.275,15
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(422.556,39)	(307.938,26)
Outros Valores e Bens	9	67.645,21	355.765,96
Outros Valores e Bens		4.192,00	153.791,45
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		-	(22.641,45)
Despesas Antecipadas		63.453,21	224.615,96
Não Circulante		121.104.539,03	74.131.268,17
Realizável a Longo Prazo		110.138.839,22	64.301.378,51
Instrumentos Financeiros		5.412.138,47	4.061.429,56
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.412.138,47	4.061.429,56
Operações de Crédito	7	104.726.700,75	60.239.948,95
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		100.104.213,46	56.277.339,11
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(5.189.807,99)	(3.737.484,42)
Financiamentos		1.343.499,87	1.366.356,48
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(29.425,91)	(52.456,43)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		8.730.954,62	6.496.687,13
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(232.733,30)	(110.492,92)
Permanente		10.965.699,81	9.829.889,66
Investimentos	10	4.408.970,64	4.176.806,40
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.408.970,64	4.176.806,40
(-) Provisão para Perdas com Investimentos		(285.531,14)	(285.531,14)
Outras Participações		285.531,14	285.531,14
Imobilizado de Uso	11	6.517.493,11	5.596.212,12
Imobilizado de Uso		9.998.830,40	8.434.201,82
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(3.481.337,29)	(2.837.989,70)
Intangível	12	39.236,06	56.871,14
Ativos Intangíveis		217.551,50	217.551,50
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(178.315,44)	(160.680,36)
Total do Ativo		262.255.258,99	165.716.933,07
PASSIVO		217.071.531,22	127.626.109,34
Circulante		194.153.326,79	117.352.137,42
Depósitos	13	171.022.006,90	105.599.141,33
Depósitos à Vista		58.319.381,10	36.240.374,42
Depósitos Sob Aviso		510.914,96	482.093,23
Depósitos à Prazo		112.191.710,84	68.876.673,68
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	3.535.765,96	911.727,56
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		1.627.590,74	911.727,56
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		1.908.175,22	-
Relações Interfinanceiras	15	4.551.582,89	4.457.336,57
Repasse Interfinanceiros		4.551.582,89	4.457.336,57
Relações Interdependências		-	100.000,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	100.000,00
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	423.778,63	1.276.750,24
Empréstimos No País - Outras Instituições		423.778,63	1.276.750,24
Outras Obrigações	16	14.620.192,41	5.007.181,72
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		816,99	75.008,55
Sociais e Estatutárias	16.1	3.000.448,43	1.668.503,06
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.2	548.377,96	455.937,19

Diversas	16.3	11.070.549,03	2.807.732,92
Não Circulante		22.918.204,43	10.273.971,92
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	3.972.675,11	3.822.247,43
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		3.972.675,11	3.822.247,43
Relações Interfinanceiras	15	7.893.640,47	5.443.507,31
Repasse Interfinanceiros		7.893.640,47	5.443.507,31
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	11.047.421,17	1.004.920,57
Empréstimos no país - Outras Instituições		11.047.421,17	1.004.920,57
Outras Obrigações	16	4.467,68	3.296,61
Diversas	16.3	4.467,68	3.296,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.183.727,77	38.090.823,73
Capital Social	18	38.105.917,11	33.048.565,43
De Domiciliados No País		38.351.608,62	33.053.112,02
(-) Capital A Realizar		(245.691,51)	(4.546,59)
Outros Resultados Abrangentes		2.604,27	3.854,31
Reserva de Sobras		6.292.488,62	4.721.939,97
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.d	782.717,77	316.464,02
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		262.255.258,99	165.716.933,07

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE
SICOOB FLUMINENSE
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		12.856.645,47	25.967.770,57	13.383.360,60	26.097.856,86
Operações de Crédito	21	12.038.738,23	24.334.012,93	12.236.457,09	23.634.246,49
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.b	73.695,28	185.858,93	134.813,17	249.726,36
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	6.a	43,11	200,72	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	744.168,85	1.447.697,99	1.012.090,34	2.213.884,01
Dispêndio da Intermediação Financeira	22	(4.487.829,15)	(10.676.848,69)	(6.029.155,70)	(11.889.341,26)
Operações de Captação no Mercado	13.b	(1.111.260,30)	(2.529.736,96)	(2.015.936,79)	(4.095.879,96)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.a	(563.040,37)	(1.015.522,71)	(465.232,38)	(957.310,08)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.813.528,48)	(7.131.589,02)	(3.547.986,53)	(6.836.151,22)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		8.368.816,32	15.290.921,88	7.354.204,90	14.208.515,60
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(5.179.364,09)	(11.076.984,07)	(5.886.400,60)	(12.302.448,85)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	23	5.378.419,43	9.502.221,21	3.719.642,45	6.776.906,97
Rendas (Ingressos) de Tarifas	24	2.017.098,07	3.993.228,77	1.998.221,84	3.609.871,55
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	25	(6.230.579,38)	(11.824.587,35)	(5.920.796,36)	(11.251.938,64)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	26	(6.643.462,73)	(13.561.077,15)	(6.578.356,94)	(13.030.193,64)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	27	(314.246,30)	(609.315,47)	(238.293,15)	(502.254,04)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	28	1.070.646,98	2.416.272,44	1.745.380,11	3.231.895,01
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	29	(464.274,95)	(959.659,77)	(602.287,33)	(1.144.408,55)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	29	-	-	(3.982,00)	(3.982,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	29	7.034,79	(34.066,75)	(5.929,22)	11.654,49
Resultado Operacional		3.189.452,23	4.213.937,81	1.467.804,30	1.906.066,75
Outras Receitas e Despesas	30	13.937,94	13.158,27	(102.569,93)	(61.508,65)
Outras Receitas		21.273,07	121.660,53	250.413,36	710.517,77
Outras Despesas		(7.335,13)	(108.502,26)	(352.983,29)	(749.384,97)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	-	-	(22.641,45)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.203.390,17	4.227.096,08	1.365.234,37	1.844.558,10
Imposto de Rendas		13.789,48	(68.465,22)	(61.924,67)	(150.536,85)
Contribuição Social		(9.621,25)	(56.843,37)	(44.354,80)	(104.722,11)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.207.558,40	4.101.787,49	1.258.954,90	1.589.299,14
Destinações Legais e Estatutárias	18.e	-	(2.198.768,11)	-	(1.112.509,40)
FATES		-	(628.219,46)	-	(317.859,83)
Reserva Legal		-	(1.570.548,65)	-	(794.649,57)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		3.207.558,40	1.903.019,38	1.258.954,90	476.789,74
Juros ao Capital	20	(361.619,19)	(960.690,19)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		2.845.939,21	942.329,19	1.258.954,90	476.789,74
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE
SICOOB FLUMINENSE
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		3.207.558,40	4.101.787,49	1.258.954,90	1.589.299,14
Outros resultados abrangentes		625,02	1.250,04	-	-
Total do resultado abrangente		3.208.183,42	4.103.037,53	1.258.954,90	1.589.299,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE
SICOOB FLUMINENSE
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMONIO LIQUIDO

Eventos	Capital		Reserva de Reavaliação	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar		Reserva Legal			
Saldo em 31/12/2018	Notas	29.021.790,64	(34.279,50)	5.208,52	3.927.290,40	52.802,17	32.972.812,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(27.635,12)	(27.635,12)
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	8.616,74	8.616,74
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(220.949,52)	(220.949,52)
Ao Capital	883,71	-	-	-	-	(883,71)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(1.265,61)	(1.265,61)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	7.307.479,85	29.732,91	-	-	-	-	7.337.212,76
Por Devolução (-)	(2.752.061,78)	-	-	-	-	-	(2.752.061,78)
Estorno de Capital	(524.980,40)	-	-	-	-	-	(524.980,40)
Reversões de Reservas	-	-	(1.354,21)	-	-	1.354,21	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	1.589.299,14	1.589.299,14
Movimentações por incorporações	-	-	-	-	-	27.635,12	27.635,12
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	794.649,57	-	(794.649,57)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(317.859,83)	(317.859,83)
Saldo em 31/12/2019		33.053.112,02	(4.546,59)	3.854,31	4.721.939,97	316.464,02	38.090.823,73
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	818,47	818,47
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(465.735,19)	(465.735,19)
Ao Capital	1.639,88	-	-	-	-	(1.639,88)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(10.768,88)	(10.768,88)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	7.393.075,53	(241.144,92)	-	-	-	-	7.151.930,61
Por Devolução (-)	(2.580.736,20)	-	-	-	-	-	(2.580.736,20)
Estorno de Capital	(451.924,84)	-	-	-	-	-	(451.924,84)
Reversões de Reservas	-	-	(1.250,04)	-	-	1.250,04	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	4.101.787,49	4.101.787,49
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(960.690,19)	(960.690,19)
Juros ao Capital	936.479,40	-	-	-	-	-	936.479,40
IRRF sobre Juros ao Capital	(37,17)	-	-	-	-	-	(37,17)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	1.570.548,65	-	(1.570.548,65)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(628.219,46)	(628.219,46)
Saldo em 31/12/2020		38.351.608,62	(245.691,51)	2.604,27	6.292.488,62	782.717,77	45.183.727,77
Saldo em 30/06/2019		30.849.555,47	(3.384,25)	4.479,33	3.927.290,40	188.411,88	34.966.352,83
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(27.635,12)	(27.635,12)
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	8.616,74	8.616,74
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.749.127,83	(1.162,34)	-	-	-	-	3.747.965,49
Por Devolução (-)	(1.253.155,77)	-	-	-	-	-	(1.253.155,77)
Estorno de Capital	(292.415,51)	-	-	-	-	-	(292.415,51)
Reversões de Reservas	-	-	(625,02)	-	-	625,02	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	1.258.954,90	1.258.954,90
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	794.649,57	-	(794.649,57)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(317.859,83)	(317.859,83)
Saldo em 31/12/2019		33.053.112,02	(4.546,59)	3.854,31	4.721.939,97	316.464,02	38.090.823,73
Saldo em 30/06/2020		35.293.508,73	(32.203,82)	3.229,29	4.721.939,97	612.551,53	40.599.025,70
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	514,07	514,07
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(465.735,19)	(465.735,19)
Ao Capital	1.639,88	-	-	-	-	(1.639,88)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(10.768,88)	(10.768,88)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.713.695,36	(213.487,69)	-	-	-	-	3.500.207,67
Por Devolução (-)	(1.463.447,89)	-	-	-	-	-	(1.463.447,89)
Estorno de Capital	(130.229,69)	-	-	-	-	-	(130.229,69)
Reversões de Reservas	-	-	(625,02)	-	-	625,02	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	3.207.558,40	3.207.558,40
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(361.619,19)	(361.619,19)
Juros ao Capital	936.479,40	-	-	-	-	-	936.479,40
IRRF sobre Juros ao Capital	(37,17)	-	-	-	-	-	(37,17)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	1.570.548,65	-	(1.570.548,65)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(628.219,46)	(628.219,46)
Saldo em 31/12/2020		38.351.608,62	(245.691,51)	2.604,27	6.292.488,62	782.717,77	45.183.727,77

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE
SICOOB FLUMINENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.207.558,40	4.101.787,49	1.258.954,90	1.589.299,14
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	(27.635,12)
Juros ao Capital Recebido	(116.452,11)		(116.452,11)	(209.489,79)	(209.489,79)
Distribuição de Sobras e Dividendos	(8.549,60)		(8.549,60)	-	(28.096,86)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	2.813.528,48		7.131.589,02	3.547.986,53	6.836.151,22
Provisão de Juros ao Capital	(361.619,19)		(960.690,19)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	183.039,95		382.714,86	177.455,66	346.851,36
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	-		-	-	22.641,45
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes	-		-	3.982,00	3.982,00
Depreciações e Amortizações	380.388,10		745.313,82	347.157,66	701.590,59
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		6.097.894,03	11.275.713,29	5.126.046,96	9.235.293,99
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(427.134,44)		(2.058.173,71)	(638.527,73)	(1.351.304,07)
Títulos e Valores Mobiliários	133.223,28		(20.413,53)	-	-
Operações de Crédito	(46.536.427,31)		(57.451.749,64)	(17.412.109,89)	(25.982.553,91)
Outros Créditos	292.331,34		40.929,96	839.273,36	738.261,78
Outros Valores e Bens	200.845,27		288.120,75	122.057,42	(66.508,77)
Depósitos à Vista	4.038.142,28		22.079.006,68	11.004.101,98	9.394.156,70
Depósitos sob Aviso	24.498,19		28.821,73	10.274,42	29.909,17
Depósitos à Prazo	35.785.199,80		43.315.037,16	4.513.883,22	8.935.698,85
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	42.675,72		866.290,86	353.922,84	1.109.235,64
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	1.908.175,22		1.908.175,22	-	-
Relações Interdependências	-		(100.000,00)	100.000,00	9.654,95
Relações Interfinanceiras	1.332.454,55		2.544.379,48	689.654,89	(595.710,89)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.674.839,66)		9.189.528,99	(564.971,12)	(1.186.200,14)
Outras Obrigações	7.436.366,26		9.356.775,49	(122.465,75)	191.049,78
FATES Sobras Exercício	(628.219,46)		(628.219,46)	(317.859,83)	(317.859,83)
Imposto de Renda	13.789,48		(68.465,22)	(61.924,67)	(150.536,85)
Contribuição Social	(9.621,25)		(56.843,37)	(44.354,80)	(104.722,11)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		8.029.353,30	40.508.914,68	3.597.001,30	(112.135,71)
Atividades de Investimentos					
Distribuição Sobras da Central		8.549,60	8.549,60	-	28.096,86
Recebimento de Juros ao Capital		116.452,11	116.452,11	209.489,79	209.489,79
Aquisição de Intangível		-	-	(7.113,59)	(36.933,84)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(94.889,09)	(1.648.959,73)	(496.800,85)	(721.704,52)
Aquisição de investimentos		(172.793,97)	(232.164,24)	(307.454,66)	129.757,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(142.681,35)	(1.756.122,26)	(601.879,31)	(391.294,71)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		3.500.207,67	7.151.930,61	3.747.965,49	7.337.212,76
Devolução de Capital à Cooperados	(1.463.447,89)		(2.580.736,20)	(1.253.155,77)	(2.752.061,78)
Estorno/Cancelamento de Capital	(130.229,69)		(451.924,84)	(292.415,51)	(524.980,40)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(10.768,88)		(10.768,88)	-	(1.265,61)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(465.735,19)		(465.735,19)	-	(220.949,52)
Juros ao Capital pago	936.479,40		936.479,40	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(37,17)		(37,17)	-	-
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores	514,07		818,47	3.287,39	8.616,74
Sobras/Perdas por incorporações	-		-	-	27.635,12
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.366.982,32	4.580.026,20	2.205.681,60	3.874.207,31
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		10.253.654,27	43.332.818,62	5.200.803,59	3.370.776,89
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		73.538.374,92	40.459.210,57	35.258.406,98	37.088.433,68
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		83.792.029,19	83.792.029,19	40.459.210,57	40.459.210,57
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		10.253.654,27	43.332.818,62	5.200.803,59	3.370.776,89
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	0,00	0,00

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em reais)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/01/1999, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB FLUMINENSE, sediado à Rua Dr. Siqueira, 278 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes – RJ, possui 16 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MACAÉ - RJ, SÃO JOÃO DA BARRA - RJ, ITAPERUNA - RJ, BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, BOM JARDIM - RJ, SÃO FIDÉLIS - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, CARAPEBUS - RJ, MARICÁ - RJ, ITALVA - RJ, MENDES - RJ.

O SICOOB FLUMINENSE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN nº 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

Aos funcionários adotou-se ao distanciamento entre as mesas, restrição de deslocamento entre os setores, priorização de utilização de meios digitais e telefônicos, disponibilização de máscaras para os empregados e instruções afixadas nas dependências internas reforçando e enfatizando sua utilização. Além disso, todos os setores foram equipados com álcool em gel para sanitização pessoal, e a limpeza reforçada com a utilização de álcool setenta.

Aos cooperados, também foram adotadas medidas de prevenção, como: restrição da quantidade de pessoas nas dependências internas das agências, orientação para obrigatoriedade da utilização de máscaras, disponibilização de álcool em gel e intensificou-se a higienização dos espaços comuns.

Além das medidas de proteção individual e coletiva, a Cooperativa prestou apoio a comunidade através de doações, tanto de material para trabalho de enfrentamento ao novo coronavírus, quanto de alimentos para instituições de trabalho social.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações

com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	4.181.803,10	9.184.729,16
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	79.610.226,09	31.274.481,41
TOTAL	83.792.029,19	40.459.210,57

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.447.697,99 e R\$ 2.213.884,01, respectivamente, com taxa média de 101,18% e 101,14% do CDI nos respectivos períodos.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos Interfinanceiros (a)	1.469.961,32	5.412.138,47	762.496,52	4.061.429,56
TOTAL	1.469.961,32	5.412.138,47	762.496,52	4.061.429,56

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração de 101% do CDI. Possuem prazos de vencimento diversos, porém não estão disponíveis para resgates a qualquer momento.

(b) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 185.858,93 e R\$ 249.726,36.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cotas de fundos de investimento	20.413,53	-
TOTAL	20.413,53	-

(a) Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em dezembro de 2020 foi de R\$ 205,19.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e títulos descontados	51.972.582,35	100.104.213,46	152.076.795,81	102.380.653,43
Financiamentos	749.132,38	1.343.499,87	2.092.632,25	2.351.939,86
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.332.708,59	8.730.954,62	14.063.663,21	11.900.092,09
Total de operações de crédito	58.054.423,32	110.178.667,95	168.233.091,27	116.632.685,38
(-) Provisões para operações de crédito	(3.247.589,76)	(5.451.967,20)	(8.699.556,96)	(7.419.311,69)
TOTAL	54.806.833,56	104.726.700,75	159.533.534,31	109.213.373,69

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	22.236.639,22	-	340.612,52	22.577.251,74		15.893.303,21	
A	0,50%	Normal	51.157.229,85	478.804,76	5.360.649,80	56.996.684,41	(284.983,46)	35.988.988,48	(179.945,04)
B	1%	Normal	35.100.538,45	675.283,32	4.013.582,24	39.789.404,01	(397.894,08)	28.978.697,95	(289.787,08)
B	1%	Vencidas	239.163,03	-	-	239.163,03	(2.391,67)	198.253,44	(1.982,64)
C	3%	Normal	26.408.407,62	865.367,75	3.749.301,95	31.023.077,32	(930.692,36)	21.107.350,20	(633.220,62)
C	3%	Vencidas	494.854,20	-	41.937,18	536.791,38	(16.103,78)	530.554,51	(15.916,74)
D	10%	Normal	5.139.234,94	64.182,45	343.697,19	5.547.114,58	(554.711,50)	4.870.165,58	(487.016,67)
D	10%	Vencidas	437.675,62	-	-	437.675,62	(43.767,61)	756.765,29	(75.676,64)
E	30%	Normal	4.844.921,52	-	63.463,73	4.908.385,25	(1.472.515,63)	1.019.183,99	(305.755,30)
E	30%	Vencidas	455.526,44	-	-	455.526,44	(136.657,98)	701.048,31	(210.314,59)
F	50%	Normal	786.440,26	-	-	786.440,26	(393.220,18)	1.261.172,37	(630.586,29)
F	50%	Vencidas	581.678,53	-	-	581.678,53	(290.839,32)	1.106.476,90	(553.238,55)
G	70%	Normal	345.321,37	-	-	345.321,37	(241.725,01)	165.098,43	(115.569,00)
G	70%	Vencidas	248.409,99	-	-	248.409,99	(173.887,04)	451.080,98	(315.756,79)
H	100%	Normal	985.273,40	8.993,97	36.891,25	1.031.158,62	(1.031.158,62)	284.704,96	(284.704,96)
H	100%	Vencidas	2.615.481,37	-	113.527,35	2.729.008,72	(2.729.008,72)	3.319.840,78	(3.319.840,78)

Total Normal	147.004.006,63	2.092.632,25	13.908.198,68	163.004.837,56	(5.306.900,84)	109.568.665,17	(2.926.584,96)
Total Vencidos	5.072.789,18	-	155.464,53	5.228.253,71	(3.392.656,12)	7.064.020,21	(4.492.726,73)
Total Geral	152.076.795,81	2.092.632,25	14.063.663,21	168.233.091,27	(8.699.556,96)	116.632.685,38	(7.419.311,69)
Provisões	(8.264.533,24)	(50.520,10)	(384.503,62)	(8.699.556,96)		(7.419.311,69)	
Total Líquido	143.812.262,57	2.042.112,15	13.679.159,59	159.533.534,31		109.213.373,69	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	20.440.807,69	31.531.774,66	100.104.213,46	152.076.795,81
Financiamentos	216.413,49	532.718,89	1.343.499,87	2.092.632,25
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.067.457,35	4.265.251,24	8.730.954,62	14.063.663,21
TOTAL	21.724.678,53	36.329.744,79	110.178.667,95	168.233.091,27

(*) Não contempla provisão para crédito com liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor privado - comércio	21.321.124,64	72.417,58	-	21.393.542,22	13%
Setor privado - indústria	236.572,04	-	-	236.572,04	0%
Setor privado - serviços	80.166.775,51	1.355.010,56	-	81.521.786,07	48%
Pessoa física	48.630.531,71	665.204,11	14.063.663,21	63.359.399,03	38%
Outros	1.721.791,91	-	-	1.721.791,91	1%
TOTAL	152.076.795,81	2.092.632,25	14.063.663,21	168.233.091,27	100%

(*) Não contempla provisão para crédito com liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(7.419.311,69)	(4.601.910,18)
Constituições/Reversões	(7.016.842,57)	(6.421.845,75)
Transferência para prejuízo	5.736.597,30	3.604.444,24
TOTAL	(8.699.556,96)	(7.419.311,69)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior devedor	4.607.848,31	2,51%	3.891.040,33	3,00%
10 maiores devedores	21.788.091,43	11,89%	14.722.300,38	13,00%
50 maiores devedores	47.559.251,96	25,95%	32.241.466,82	28,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	9.471.014,90	6.104.729,95
Valor das operações transferidas no período	5.736.597,30	3.807.559,73
Valor das operações recuperadas no período	(410.602,57)	(377.020,39)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(7.560,56)	(110,61)
Baixa por renegociação	(96.711,67)	(64.143,78)
TOTAL	14.692.737,40	9.471.014,90

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 53.046.701,79, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e fianças honrados (a)	381.096,66	371.197,58
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	153.177,80	-
Outras rendas a receber	23.940,59	-
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	95.597,49	29.312,22
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (c)	186.425,85	10.598,42
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	7.500,00
Pagamentos a ressarcir	4.867,81	5.262,71
Títulos e créditos a receber (d)	171.674,75	254.950,80
Devedores diversos – País (e)	204.740,12	603.608,49
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (f)	194.872,47	60.275,15
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (g)	(338.148,48)	(289.576,08)
(-) Sem características de concessão de crédito	(84.407,91)	(18.362,18)
TOTAL	993.837,15	1.034.767,11

(a) O saldo de avais e fianças honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se a provisão de rendas a receber de cartões, como: tarifas, anuidade, juros, multas, entre outros.

(c) Referem-se a adiantamentos para despesas diversas R\$ 4.331,88, fundo fixo R\$ 7.900,00, adiantamentos de vale alimentação R\$ 166.681,47 e outras R\$ 7.512,50.

(d) Consiste em tarifas a receber que estão em aberto.

(e) O saldo de devedores diversos – País se refere a plano de saúde a receber (R\$ 141.110,83), empresa conta descontos em folha (R\$ 16.979,77), valores a receber - mensalidades (R\$ 15.127,75), pendências a regularizar (R\$ 18.564,78), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 7.714,97), outros (R\$ 4.842,02) e diferença de caixa (R\$ 400,00).

(f) O saldo consiste em impostos a serem compensados, com destaque ao IRPJ (R\$ 100.651,22) e CSLL (32.468,09), na qual foi recolhido o imposto durante o ano pelo regime de estimativa, contudo no fechamento anual verificou-se que foi pago a maior, restando assim, o saldo a ser compensado.

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a'

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fiança Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	29.836,11	29.836,11	(8.950,85)	71.477,92	(21.443,39)
F 50% Vencidas	24.980,72	24.980,72	(12.490,38)	38.544,14	(19.272,09)
G 70% Vencidas	31.908,66	31.908,66	(22.336,08)	41.049,88	(28.734,96)
H 100% Vencidas	294.371,17	294.371,17	(294.371,17)	220.125,64	(220.125,64)
Total Vencidos	381.096,66	381.096,66	(338.148,48)	371.197,58	(289.576,08)
Total Geral	381.096,66	381.096,66	(338.148,48)	371.197,58	(289.576,08)
Provisões	(338.148,48)	(338.148,48)		(289.576,08)	
Total Líquido	42.948,18	42.948,18		81.621,50	

(*) Não contempla as provisões sem características de concessão de crédito referente a inadimplência de convênios.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio (a)	-	150.545,45
Material em estoque	4.192,00	3.246,00
Despesas antecipadas (b)	63.453,21	224.615,96

(-) Provisões para desvalorizações (c)	-	(22.641,45)
TOTAL	67.645,21	355.765,96

(a) Em bens não de uso próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 60.967,26) e processamento de dados (R\$ 2.485,95).

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em cooperativa central de crédito (a)	4.408.970,64	4.176.806,40
Outras participações	285.531,14	285.531,14
(-) Cotas da Central	(285.531,14)	(285.531,14)
TOTAL	4.408.970,64	4.176.806,40

(a) Refere-se a cotas de capital do Sicoob Central Rio.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em curso (a)		145.045,39	124.540,17
Terrenos		1.326.095,50	834.095,50
Edificações	4%	2.674.459,73	1.666.459,73
(-) Depreciação acumulada imóveis de uso - edificações		(600.557,33)	(503.658,89)
Instalações	10%	1.762.204,11	1.855.749,78
(-) Depreciação acumulada de instalações		(553.089,93)	(414.939,56)
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.116.542,53	2.086.072,67
(-) Depreciação acumulada móveis e equipamentos de uso		(1.019.152,19)	(856.073,90)
Sistema de comunicação	20%	96.212,23	82.837,28
Sistema de processamento de dados	20%	1.494.516,24	1.479.992,01
Sistema de segurança	10%	304.402,90	304.454,68
Benfeitorias em imóveis de terceiros		79.351,77	-
(-) Depreciação acumulada outras imobilizações de uso		(1.308.537,84)	(1.063.317,35)
TOTAL		6.517.493,11	5.596.212,12

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa	31/12/2020	31/12/2019
Outros ativos intangíveis	20%	217.551,50	217.411,50
(-) Amortização acumulada ativos intangíveis		(178.315,44)	(160.680,36)
TOTAL		39.236,06	56.871,14

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à vista	58.319.381,10		36.240.374,42	
Depósito sob aviso	510.914,96	0,72	482.093,23	0,73
Depósito a prazo	112.191.710,84	0,16	68.876.673,68	0,36
TOTAL	171.022.006,90		105.599.141,33	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.211.941,51	2,92%	2.085.544,11	2,00%
10 Maiores Depositantes	19.713.900,60	11,05%	13.255.969,89	13,00%
50 Maiores Depositantes	49.705.347,58	27,86%	30.864.263,63	29,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de depósitos de aviso prévio	(24.498,19)	(47.447,37)	(24.357,76)	(46.814,02)
Despesas de depósitos a prazo	(913.653,15)	(2.134.494,32)	(1.800.524,33)	(3.673.610,68)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(50.938,99)	(137.113,10)	(114.525,34)	(226.740,05)
Despesas de letras de crédito do imobiliário	(6.397,32)	(6.397,32)	-	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(115.772,65)	(204.284,85)	(76.529,36)	(148.715,21)
TOTAL	(1.111.260,30)	(2.529.736,96)	(2.015.936,79)	(4.095.879,96)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.627.590,74	3.972.675,11	911.727,56	3.822.247,43
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	1.908.175,22	-	-	-
TOTAL	3.535.765,96	3.972.675,11	911.727,56	3.822.247,43

O saldo apropriado em despesas referente a letras de crédito do agronegócio:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa letras de crédito do agronegócio	(50.938,99)	(137.113,10)	0,15	(114.525,34)	(226.740,05)	0,33
Despesa letras de crédito do imobiliário	(6.397,32)	(6.397,32)	0,15	-	-	-

15. Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa (%)	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	1,84	05/06/2030	417.093,01	10.455.131,79	414.292,27	1.004.920,57
Bancoob	14,74	15/06/2023	6.685,62	592.289,38	862.457,97	
Recursos do Bancoob	11,5	21/06/2030	4.551.582,89	7.893.640,47	4.457.336,57	5.443.507,31
TOTAL			4.975.361,52	18.941.061,64	5.734.086,81	6.448.427,88

a) As despesas dessa transação resultaram em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.015.522,71 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos e Repasses”.

16. Outras obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	816,99	-	75.008,55	-
Sociais e estatutárias - 17.1	3.000.448,43	-	1.668.503,06	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferida - 17.2	548.377,96	-	455.937,19	-
Diversas (a) - 17.3	11.070.549,03	4.467,68	2.807.732,92	3.296,61
TOTAL	14.620.192,41	4.467,68	5.007.181,72	3.296,61

16.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de atos com associados (a)	651.894,38	317.894,80
Gratificações e participações a pagar	-	25.800,61
Sobras a distribuir	-	14.830,96
Cotas de capital a pagar (b)	2.348.554,05	1.309.976,69
TOTAL	3.000.448,43	1.668.503,06

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 20% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferida

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	-	49.266,11
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	128.700,59	110.546,37
Impostos e contribuições sobre salários	367.325,54	253.661,85
Outros	52.351,83	42.462,86
TOTAL	548.377,96	455.937,19

(a) Composto por impostos a serem recolhidos referente a serviços de terceiros prestados, sendo: ISSQN, INSS, IRRF e PIS/COFINS/CSLL.

(b) Refere-se aos impostos e contribuições resultante da folha de pagamento dos funcionários a serem recolhidos, sendo composto por: IRRF, INSS, FGTS, PIS e Contribuição Previdência Privada

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por aquisição de bens e direitos	142.520,35	-	60.867,96	-
Obrigações de pagamento em nome de terceiros (a)	1.137.210,02	-	941.097,96	-
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	1.810.605,74	-	973.963,70	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (c)	260.069,60	4.467,68	227.173,92	3.296,61
Credores diversos – País (c)	7.720.143,32	-	604.629,38	-
TOTAL	11.070.549,03	4.467,68	2.807.732,92	3.296,61

(a) Trata-se de depósito em conta corrente referente a modalidade de conta salário (1.135.718,29) e de provisão para pagamento de despesas com pensão judicial dos colaboradores (1.491,73).

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 12.247.795,52 (R\$ 9.788.714,09 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) O saldo de credores diversos – País é composto pelos valores a seguir:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pendências a regularizar (d.1)	7.317.460,65	5.837,30
Diferença de caixa	6.407,99	2.682,83
Pendências a regularizar Bancoob (d.2)	293.074,98	447.342,61
Cheques depositados	40.377,21	139.488,85
Credores diversos-liquidação cobrança	99,90	4.275,31
Valores a liquidar – parcelas crédito consignado	62.722,59	-
Devolução saldo credor - cartões	-	2,55
Outros	-	4.999,93
TOTAL	7.720.143,32	604.629,38

(d.1) Em pendências a regularizar estão registrados os cheques administrativos (R\$ 7.312.000,00) emitidos contra a ordem de terceiros.

(d.2) Em pendências a regularizar Bancoob estão registrados débitos realizados nas contas dos cooperados referente a movimentação de cartões de crédito (R\$ 285.215,24)

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB FLUMINENSE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	38.105.917,11	33.048.565,43
Associados	14.317	15.196

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31/12/2020 a Reserva Legal totalizava R\$ 6.292.488,62.

c) Reserva de reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel de uso próprio da cooperativa, proveniente da incorporação da cooperativa Sicoob Cremendes, realizado e aprovado em AGE em 25 de janeiro de 2003, autorizado pelo Banco Central do Brasil - ofício DEORF/GTRJA-03/015-2 em 03 de fevereiro de 2003 - Rio de Janeiro/RJ, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apropriado em 240 meses, amortizado o valor mensal de R\$ 104,17.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/07/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$ 1.639,88, distribuição em conta corrente no valor de R\$ 465.735,19 e ao capital a devolver a associados o valor de R\$ 10.768,88, com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Descrição	Valores	Forma e prazo de realização das perdas
Perdas acumuladas incorporação da BomCredi	(407.733,62)	Rateio a ser pago pelos associados
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	127.530,83	Recebimento das perdas ocorridas em 2016
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	73.431,80	Recebimento das perdas ocorridas em 2017
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	8.839,20	Recebimento das perdas ocorridas em 2018
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	8.616,74	Recebimento das perdas ocorridas em 2019
Amortização de perdas referente a incorporação	27.635,12	Deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 2019
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	818,47	Recebimento das perdas ocorridas em 2020
Reversão Reserva de Reavaliação do Sicoob Cremendes	1.250,04	Incorporação
Sobras do exercício de 2020	942.329,19	Para deliberação em assembleia geral
TOTAL	782.717,77	

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	4.101.787,49	1.589.299,14
Juros ao capital	(960.690,19)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.141.097,30	1.589.299,14
Destinações estatutárias	(2.198.768,11)	(1.112.509,40)
Reserva legal - 50%	(1.570.548,65)	(794.649,57)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 20 %	(628.219,46)	(317.859,83)
Sobras Líquidas do exercício	942.329,19	476.789,74
Reversão de reserva de reavaliação	1.250,04	1.354,21
Perdas acumuladas oriundas da incorporação	(160.861,46)	(161.679,93)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	782.717,77	316.464,02

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	4.510.443,87	3.172.626,03
Despesas específicas de atos não cooperativos	(849.230,39)	(724.801,25)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.377.082,22)	(1.688.169,73)
Resultado operacional	1.284.131,26	759.655,05
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	13.158,27	(61.508,65)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.297.289,53	698.146,40
Imposto de Renda e Contribuição Social	(125.308,59)	(255.257,96)
(-) Outras Deduções Res. 129/18 e Res 145/16	(2.797.779,49)	(1.435.526,33)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.625.798,55)	(992.637,89)

(a) São deduzidos da apuração do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES de atos não cooperativos, as receitas de seguro, consórcio e antecipações de recebíveis, por serem receitas originadas por transações com associados, nos termos do Art. 87 da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971.

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 960.690,19, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2019, não houve remuneração de juros ao capital social.

21. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de adiantamentos a depositantes	100.471,87	309.808,52	257.833,24	566.138,80
Rendas de empréstimos	10.120.414,43	20.297.762,66	9.928.828,41	18.884.584,09
Rendas de direitos creditórios descontados	830.416,16	1.989.617,16	1.121.663,26	2.254.062,40
Rendas de financiamentos	167.084,27	367.549,61	236.104,58	421.461,05
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos	165.960,34	370.409,88	242.552,13	436.297,41
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos	119.196,28	218.218,20	48.746,51	122.215,04
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos	176.810,05	285.089,30	148.601,28	347.530,96
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos	5.058,91	26.945,34	8.450,94	10.247,12
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	353.325,92	468.612,26	243.676,74	591.709,62
TOTAL	12.038.738,23	24.334.012,93	12.236.457,09	23.634.246,49

22. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de captação	(1.111.260,30)	(2.529.736,96)	(2.015.936,79)	(4.095.879,96)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(563.040,37)	(1.015.522,71)	(465.232,38)	(957.310,08)
Provisões para operações de crédito	(4.320.402,89)	(10.105.834,30)	(4.905.572,26)	(8.974.213,23)
Provisões para outros créditos	(294.402,92)	(694.599,94)	(244.468,29)	(464.331,68)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	1.730.927,84	3.576.973,26	1.572.860,03	2.551.181,20
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	70.349,49	91.871,96	29.281,59	51.300,09
TOTAL	(4.487.829,15)	(10.676.848,69)	(6.029.068,10)	(11.889.253,66)

23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de cobrança	960.798,41	1.745.893,30	785.108,71	1.479.018,83
Rendas de outros serviços - atos não cooperativos	4.417.621,02	7.756.327,91	2.934.533,74	5.297.888,14
TOTAL	5.378.419,43	9.502.221,21	3.719.642,45	6.776.906,97

24. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de pacotes de serviços - PF	311.084,85	636.045,55	211.304,59	344.282,89
Rendas de serviços prioritários - PF	432.471,81	1.018.628,81	595.955,76	1.173.356,11
Rendas de serviços diferenciados - PF	160,00	160,00	90,00	290,00
Rendas de tarifas bancárias - PJ	1.273.381,41	2.338.394,41	1.190.871,49	2.091.942,55
TOTAL	2.017.098,07	3.993.228,77	1.998.221,84	3.609.871,55

25. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de honorários - conselho fiscal	(35.393,04)	(70.786,08)	(35.393,04)	(70.036,96)
Despesas de honorários - diretoria e conselho de administração	(540.393,47)	(1.132.133,88)	(623.624,13)	(1.282.314,67)
Despesas de pessoal - benefícios	(1.349.153,55)	(2.601.463,76)	(1.292.077,82)	(2.397.931,85)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.184.801,09)	(2.182.847,15)	(1.054.491,53)	(1.978.047,21)
Despesas de pessoal - proventos	(3.025.983,55)	(5.657.443,14)	(2.810.756,10)	(5.356.102,88)
Despesas de pessoal - treinamento	(398,88)	(3.536,38)	(9.882,03)	(15.861,53)
Despesas de remuneração de estagiários	(94.455,80)	(176.376,96)	(94.571,71)	(151.643,54)
TOTAL	(6.230.579,38)	(11.824.587,35)	(5.920.796,36)	(11.251.938,64)

26. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de água, energia e gás	(175.715,90)	(355.244,19)	(167.253,93)	(356.290,30)
Despesas de aluguéis	(449.596,63)	(871.771,89)	(401.890,98)	(768.314,48)
Despesas de arrendamento de bens	-	(9.581,08)	-	-
Despesas de comunicações	(155.846,97)	(321.644,53)	(202.120,29)	(410.461,01)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(88.175,98)	(160.892,68)	(95.860,11)	(188.752,63)
Despesas de material	(115.272,31)	(181.167,66)	(73.181,05)	(129.624,32)
Despesas de processamento de dados	(818.757,45)	(1.759.868,98)	(778.220,22)	(1.412.909,40)
Despesas de promoções e relações públicas	(18.940,09)	(78.296,65)	(133.630,87)	(134.380,87)
Despesas de propaganda e publicidade	(72.328,02)	(146.499,63)	(124.118,98)	(255.000,25)
Despesas de publicações	(3.388,50)	(8.428,50)	(1.154,00)	(1.154,00)
Despesas de seguros	(86.747,18)	(183.252,17)	(42.193,75)	(92.288,73)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(863.768,71)	(1.811.848,92)	(905.075,90)	(1.790.322,18)
Despesas de serviços de terceiros	(273.459,42)	(532.934,12)	(264.718,36)	(517.379,25)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(792.369,70)	(1.563.595,60)	(735.934,00)	(1.487.210,22)
Despesas de serviços técnicos especializados	(413.825,10)	(751.681,71)	(211.818,34)	(430.334,03)
Despesas de transporte	(647.710,40)	(1.303.034,92)	(687.647,17)	(1.409.994,20)
Despesas de viagem no País	(1.938,08)	(17.829,17)	(46.993,87)	(100.754,25)
Despesas de amortização	(8.817,54)	(17.635,08)	(8.220,79)	(42.443,30)
Despesas de depreciação	(371.570,56)	(727.678,74)	(338.936,87)	(659.147,29)
Outras despesas administrativas	(522.459,95)	(1.018.150,77)	(510.569,45)	(1.083.404,91)
Emolumentos judiciais e cartorários	(49.603,98)	(74.306,18)	(31.060,44)	(109.126,31)
Contribuição a OCE	(45.016,99)	(90.034,03)	(40.602,19)	(81.204,43)
Rateio de despesas da central	(609.176,88)	(1.445.486,52)	(710.376,99)	(1.404.940,47)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(58.976,39)	(130.213,43)	(66.778,39)	(164.756,81)
TOTAL	(6.643.462,73)	(13.561.077,15)	(6.578.356,94)	(13.030.193,64)

27. Outros dispêndios/despesas tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas tributárias	(67.783,06)	(173.122,36)	(52.955,24)	(173.369,93)
Despesas de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(119.817,95)	(203.962,76)	(76.748,73)	(121.315,96)
Despesas de contribuição ao COFINS	(108.942,19)	(180.417,76)	(68.558,22)	(131.675,57)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(17.703,10)	(51.272,23)	(39.120,96)	(74.761,44)
Despesas de atualização de impostos e contribuições	-	(540,36)	(910,00)	(1.131,14)

TOTAL	(314.246,30)	(609.315,47)	(238.293,15)	(502.254,04)
--------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

28. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	77.544,74	112.575,52	279.421,36	360.315,21
Deduções e abatimentos	7.699,23	9.117,08	146,68	352,91
Distribuição de sobras da central	8.549,60	8.549,60	-	28.096,86
Outras rendas operacionais	116.928,30	118.256,05	212.815,16	262.621,74
Rendas oriundas de cartões de crédito	859.925,11	2.167.774,19	1.252.996,91	2.730.508,29
TOTAL	1.070.646,98	2.416.272,44	1.745.380,11	3.381.895,01

29. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de crédito - despesas de descontos concedidos em renegociações	(16.434,05)	(72.278,76)	-	-
Despesas de provisão para passivos	-	-	(3.982,00)	(3.982,00)
Despesas de provisões para garantias prestadas	7.034,79	(34.066,75)	(5.929,22)	11.654,49
Outras despesas operacionais	(175.964,57)	(307.329,85)	(341.349,50)	(664.261,66)
Descontos concedidos - operações de crédito	(30.676,98)	(34.851,21)	(22.753,53)	(28.399,29)
Cancelamento - tarifas pendentes	(241.199,35)	(545.199,95)	(238.184,30)	(451.747,60)
TOTAL	(457.240,16)	(993.726,52)	(612.198,55)	(1.136.736,06)

30. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de capital	21.273,07	121.660,53	250.413,36	710.517,77
(-) Perdas de capital	(5.767,61)	(101.389,67)	(352.983,29)	(749.384,97)
(-) Despesas de provisões não operacionais	-	-	-	(22.641,45)
(-) Outras despesas não operacionais	(1.567,52)	(7.112,59)	-	-
Resultado Líquido	13.937,94	13.158,27	(102.569,93)	(61.508,65)

31. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – vínculo de grupo econômico	1.590.345,60	0,5266%	15.545,97
P.R. – sem vínculo de grupo econômico	27.041,28	0,0090%	30,35
TOTAL	1.617.386,88	0,5355%	15.576,32
Montante das Operações Passivas	1.015.543,55	0,6989%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque especial	25.492,42	500,04	2,1674%
Conta garantida	899,14	23,55	0,0562%
Empréstimos	1.429.859,04	11.777,98	1,0307%
Direitos creditórios descontados	12.616,51	63,08	0,1193%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a vista	172.678,84	0,2983%	0%
Depósitos a prazo	2.198.488,12	1,9507%	0,1661%
Letra de crédito agronegócio - LCA	623.600,64	8,3053%	0,1452%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos creditórios descontados	1,6000%	3,0966%
Empréstimos	1,0531%	48,8493%
Aplicação financeira - pós fixados	97,6045%	56,7467%
Letra de crédito agronegócio - LCA	1,6075%	29,3455%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e financiamentos	0,6517%
Títulos descontados e cheques descontados	0,0223%
Aplicações financeiras	0,6989%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque especial	6.441,27
Empréstimos	5.062.737,13
Financiamentos	58.500,00

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - conselho fiscal	(35.393,04)	(70.786,08)	(35.393,04)	(70.036,96)
Honorários - diretoria e conselho de administração	(540.393,47)	(1.132.133,88)	(623.624,13)	(1.282.314,67)
Encargos sociais	(63.539,74)	(123.166,14)	(55.265,38)	(108.845,39)

32. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos

na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB FLUMINENSE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	84.019.196,73	35.451.287,81
Centralização financeira	79.610.226,09	31.274.481,41
Investimentos	4.408.970,64	4.176.806,40
Passivo	11.471.199,80	2.281.670,81
Obrigações por empréstimos e repasses	11.471.199,80	2.281.670,81

33. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

33.4 Risco de crédito e risco socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos

adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial	728.000,00	5.607.000,00
Valores	2.292.000,00	4.412.000,00
TOTAL	3.020.000,00	10.019.000,00

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	42.981.241,38	35.894.890,48
Ativo Ponderado por Risco RWA	180.900.049,85	123.429.692,12
Índice de Basileia - %	23,76%	29,08%
Imobilizado para Cálculo do limite	6.803.024,25	5.881.743,26
Índice de imobilização (limite 50%) - %	15,83%	16,39%

36. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB FLUMINENSE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 473.907,78. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, 25 de fevereiro de 2021.

NEILTON RIBEIRO DA SILVA
Diretor Presidente

MARCOS LINCOLN DE SOUZA MUNIZ
Diretor Operacional

CHARLES ANTONIO DE SOUZA MEDINA FARIA
Diretor Administrativo Financeiro

CELMA CRISTINA SGORLON CAVALCANTE
Contadora - CRC 064309/O-8 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE

Campos dos Goytacazes - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB FLUMINENSE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 24 de março de 2021.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respeetivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos nossos exames e no Parecer de Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Rio de Janeiro – RJ, 24 de março de 2021.

Atenciosamente,

MEMBROS EFETIVOS

MÔNICA FRANCO PINTO
CPF: 853.004.037-68

JOSÉ RICARDO FERREIRA PRIMO
CPF: 007.015.787-18

ERNESTO MELLO NOGUEIRA
CPF: 128.619.537-66